



Reunião Ordinária de 16 de
Fevereiro de 2007

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2007

Aos dezas seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tendo estado presentes:

Presidente da Câmara Municipal: - Sr. Prof. Mário Américo Franco Alves

Vereadores: - Sr. Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha
- Sr^a. Dra. Elsa Maria Lopes Correia
- Sr^a Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes
- Sr^a Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho
- Sr. Coronel Albano José Ribeiro de Almeida
- Sr. Dr. José Francisco Tavares Rolo

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Eram dez horas, quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

DOC. 1

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 15 de Fevereiro de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **687.428,18 € (Seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito euros e dezoito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA

1.1.1 – HOMENAGEM A AURÉLIO AMARO DINIS

O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua satisfação pelo facto de ter tido conhecimento de que o Sr. Aurélio Amaro Dinis, já falecido no ano de 1943, considerado um dos maiores beneméritos do concelho e a quem se deve a existência do Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis, foi homenageado na sua terra natal, a Lageosa, pela Associação dos Amigos da Lageosa.

Tendo em linha de conta que se trata de uma personalidade que nunca foi homenageada pela Câmara Municipal sugeriu ao Sr. Presidente que tal fosse feito ainda este ano, ao que aquele responsável respondeu que a referida homenagem só fará sentido se for dirigida à Fundação com o nome daquele benemérito, uma vez que o próprio não tem qualquer familiar vivo.

1.1.2 – COLOCAÇÃO DE PARQUÍMETROS EM ALGUMAS RUAS DA CIDADE

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência da consideração feita pelo Sr. Presidente em anterior reunião, o Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua concordância relativamente á possibilidade de serem colocados parquímetros em algumas ruas da cidade, nomeadamente na Rua do Colégio e na Rua António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, à semelhança do que acontece noutras cidades do país, salientando que será a única forma de garantir lugares de estacionamento na cidade de Oliveira do Hospital.

O Sr. Presidente referiu que é um assunto que tem de ser devidamente estudado e equacionado, atendendo a que está a ser elaborado o projecto de execução da requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, que na fase de obra originará uma redução de estacionamentos na cidade, pelo que não será o momento ideal para concretizar esta medida.

No seu entender esta é uma questão que só deverá ser colocada em pratica depois das obras a realizar.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra questionou o Sr. Presidente sobre quem é que estava a desenvolver o projecto de execução para a requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, ao que aquele responsável respondeu que a solução apresentada era da autoria dos técnicos do Gabinete Técnico Local, mas que o seu desenvolvimento era da responsabilidade do Gabinete que inicialmente elaborou o Estudo Prévio, com o necessário acompanhamento dos serviços da Câmara Municipal.

1.1.3 – TERRENO DO PARQUE MERENDEIRO JUNTO À ADEGA COOPERATIVA DE SENHOR DAS ALMAS

O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação relativamente à possível aquisição de uma pequena área de terreno existente entre a estrada de acesso de Nogueira do Cravo e o Parque Merendeiro do Senhor das Almas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente informou que já dialogou com o filho do proprietário do terreno, não tendo até à data recebido qualquer resposta da sua parte, pelo que irá efectuar nova tentativa junto do respectivo proprietário.

1.1.4 – LOJA PARA VENDA DE ARTESANATO NO SENHOR DAS ALMAS

O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou, mais uma vez, o seu desagrado pelo facto de a Loja para Venda de Artesanato no Parque Merendeiro do Senhor das Almas continuar fechada, salientando que se trata de uma infraestrutura que estava prevista abrir ao público no ano de 2005 e que decorrido um ano e meio depois de estar concluída continua encerrada.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu concordar com a preocupação manifestada pelo Sr. Vereador Albano Almeida, salientando que é um processo que não está a decorrer com a celeridade desejada, atendendo ao acordo que se pretende celebrar com a ADESA tendo em vista a contratualização de um funcionário para colocação no referido Posto de Vendas.

1.1.5 – AGENDA CULTURAL

Tendo efectuado uma análise mais pormenorizada à Agenda Cultural do Município de Oliveira do Hospital referente ao período de Janeiro a Março de 2007, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu que na sua opinião, em futuras edições, deveria haver o cuidado de dar mais promoção à cultura e ao património histórico do concelho, editando ou reeditando novos trabalhos de divulgação dirigidos aos mais jovens dando-lhes dicas de preservação e conservação do património histórico da região.

De seguida questionou o Sr. Presidente sobre a existência de algum funcionário na Câmara Municipal a desempenhar funções de Arqueólogo, Historiador ou Iconógrafo, pois no seu entender é um trabalho que deve ser elaborado por técnicos especializados nesta matéria.

Salientou a necessidade de se proceder à recuperação dos fontanários e alminhas existentes nas freguesias do concelho, quer ao nível histórico quer ao nível patrimonial, referindo que são construções que através dos tempos foram utilizadas e que traduzem a evolução técnica das populações, pelo que no seu entender deveriam merecer uma atenção mais cuidada e redobrada, quer da Autarquia quer dos responsáveis por essas matérias.

O Sr. Presidente esclareceu que tem existido o cuidado de em cada edição da Agenda Cultural proceder à divulgação de cada associação ou património existente em cada uma das freguesias do concelho.

Quanto aos fontanários e alminhas existentes no concelho, admitiu ser um assunto a ser tratado pela Sra. Vereadora da Cultura.

Informou que a Câmara Municipal não tem nenhum funcionário a exercer as funções acima referenciadas, salientando que é um trabalho que poderá ser elaborado pelos serviços do GTL, à semelhança de outros que têm vindo a ser executados no âmbito das suas tarefas.

Relativamente a este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra, referiu que “é do conhecimento público que a Câmara Municipal tem um funcionário, licenciado em Arqueologia, a desenvolver funções de vigilância no Parque do Mandanelho”, sem que aproveite devidamente a sua formação académica, sugerindo que o mesmo seja aproveitado para efectuar o levantamento do património arquitectónico e rústico do concelho, dada a sua preparação técnica e sensibilidade nessas matérias.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente clarificou que o funcionário em causa está contratado como Vigilante de Parques e Jardins, e não como Arqueólogo, pondo de parte esta possibilidade.

1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO

1.2.1 – ESTADO DA AV. 5 DE OUTUBRO

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

“Tem sido notório de que o Município de Oliveira do Hospital tem investido na requalificação da cidade em várias das suas artérias. Já aqui alertei para aquilo que designei como alguns “pontos negros” que subsistem na cidade, que não foram contemplados nesse processo de requalificação, como é o caso do actual estado da Praceta Manuel Cid Telles e da Rua que liga o Centro Comercial Areias à Rua do Colégio.

Queria ainda alertar para o actual estado da Av. 5 de Outubro, designadamente, o estado de degradação em que se encontram o pavimento do espaço junto à empresa MACOLAR, o escoamento das águas pluviais, o levantamento dos paralelos e toda a linha de passagem de tráfego e das pessoas. Questiono se está pensada alguma intervenção para aquele espaço, ao nível de uma solução para o escoamento das águas pluviais e ao nível do pavimento, atendendo a que a Av. 5 de Outubro, nesse trecho que referi, está em muito mau estado, causando alguns danos aos automobilistas que por ali circulam, mal-estar aos residentes, para além da má imagem que dá à cidade.”

O Sr. Presidente esclareceu que já mandou executar o levantamento topográfico daquela área, tendo em vista a realização de uma intervenção para resolução dos problemas relacionados com o escoamento das águas pluviais e a posterior requalificação do espaço público.

Ainda sobre a Av. 5 de Outubro e havendo uma solução prevista, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente sobre qual o *timing* para conclusão da referida intervenção, ao que aquele responsável referiu que para já não é possível prever o tempo necessário para o efeito, atendendo à quantidade e à complexidade dos trabalhos a executar.

1.2.2 – SITUAÇÃO SOCIAL – FAMÍLIA DE SEIXAS DA BEIRA

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:

“Na sequência de uma notícia divulgada no Jornal Correia Beira Serra, na edição de 6 de Fevereiro de 2007, relativamente a uma família residente em Seixas da Beira, freguesia de Seixo da Beira, em que uma mãe vive com três crianças menores, em condições sub humanas, quer em termos de habitabilidade, de condições de vida e subsistência. Gostaria de saber se esta situação já era do conhecimento do Pelouro de Acção Social da Câmara Municipal, se está ou estava detectada, e que medidas se prevêm para dar resposta àquela família, dadas as condições em que vive, nomeadamente, a questão da possibilidade da atribuição de uma habitação em situação de emergência. A situação desta família é uma situação que eu reputo de grave e séria e creio que o núcleo executivo do Conselho Local de Acção Social e o Pelouro de Acção Social da Câmara Municipal deveriam ter tido uma resposta de emergência a fim de resolver esta situação de imediato. Estas situações, infelizmente, vão-se repetindo, isso é inadmissível em pleno Séc. XXI, famílias e crianças a viver naquelas condições. ”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho tomando uso da palavra manifestou a sua preocupação com a situação social da família ora descrita pelo Sr. Vereador José Francisco, tendo igualmente solicitado ao Sr. Presidente esclarecimentos acerca da mesma.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente clarificou que a família em causa foi durante algum tempo acompanhada pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, mas que, dada a complexidade do processo o mesmo foi remetido pela referida Comissão ao Tribunal de Menores, esclarecendo que o Rendimento Social de Inserção a que a senhora tem direito foi cancelado devido à falta de comunicação por parte desta, relativamente à alteração da sua residência.

Informou que o relatório social sobre esta situação já foi elaborado e que o mesmo propõe que a família em causa seja transferida para uma habitação existente no Bairro da Senhora da Estrela, no Seixo da Beira, salientando que tal só poderá concretizar-se depois de se verificar se a casa pretendida necessita ou não de alguma intervenção, a fim de garantir àquela família condições mínimas em termos de habitabilidade uma vez que se trata de uma situação social emergente.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “este caso deve ser tratado como uma situação de emergência social, as crianças não podem continuar a viver naquelas condições.”

1.2.3 – EXTRACÇÃO ILEGAL DE AREIAS

Na sequência de uma notícia que leu num Jornal acerca da extracção de areias existente junto à Ponte da Atalhada, freguesia de Ervedal da Beira, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente se a Câmara Municipal tem alguma posição relativamente a esta questão, uma vez que a mesma refere tratar-se de um processo ilegal, se tem conhecimento dela e se já accionou algum mecanismo de fiscalização, sendo que se trata de um assunto que considera não ser novo uma vez que já havia sido abordado, no anterior mandato, em reunião de executivo.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que a Câmara Municipal tem responsabilidades legais no licenciamento de Pedreiras e Extracção de Inertes “, a Câmara Municipal licenciou ou não esta unidade? A Câmara Municipal tem fiscalizado se a exploração está licenciada?

O Sr. Presidente esclareceu que se trata de uma matéria da responsabilidade da CCDRC, secção do Ambiente, cabendo apenas à Câmara Municipal fiscalizar o cumprimento das disposições legais aplicáveis a este tipo de actividades e levantar os Autos para posterior encaminhamento à entidade competente, tendo de imediato dado instruções à fiscalização municipal para deslocação ao local a fim de averiguar a situação actual.

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – RESTITUIÇÃO DE QUANTIA RELATIVA AO PAGAMENTO DE RAMAL DE SANEAMENTO

D.A.G.F. /Proc. 47/1

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à restituição a favor de Júlia Maria Mendes Escada Roque, da importância de 11,02 € (Onze euros e dois cêntimos), pelo pagamento indevido da construção de um Ramal de Saneamento para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ligação à rede pública do prédio de que é proprietária, sito à Rua do Campo da Bola, no lugar e freguesia de Vila Franca da Beira, requisitado em 9 de Julho de 2001, valor este correspondente à diferença entre os valores pagos e o custo efectivo do ramal.

2.2 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE

2.2.1 – BRITO & BRITO, LDA

D.A.G.F. /Proc. 47/9

Requer autorização para instalação de um reclamo de duas faces, sem iluminação, no seu estabelecimento, sito na Zona Industrial, em Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital, condicionado a que o mesmo seja colocado dentro da área do respectivo lote e não na via pública.

2.2.2 – JOSÉ MANUEL GALVÃO, LDA

D.A.G.F. /Proc. 47/9

Requer autorização para instalação de um reclamo luminoso no seu estabelecimento denominado “Sapataria Zé Manel”, sito na Rua do Ameal, nº 3 D, em Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.

2.3 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE CORTEJO CARNAVALESICO

D.A.G.F.

Solicita autorização para a realização do seu Cortejo Carnavalesco e respectiva Leitura das Tradicionais “Deixas”, a ter lugar nos próximos dias 20 e 21 de Fevereiro de 2007, tendo para o efeito dado conhecimento à GNR de Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento.

2.4 – JUNTA DE FREGUESIA DE BOBADELA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE CORTEJO CARNAVALESICO

D.A.G.F.

Solicita autorização para a realização do seu Cortejo Carnavalesco, a ter lugar no próximo dia 18 de Fevereiro de 2007, tendo para o efeito dado conhecimento à GNR de Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido Cortejo Carnavalesco.

2.5 – CRECHE DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS – FIXAÇÃO DE MENSALIDADE



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc. 53/25

Na sequência da deliberação camarária de 27 de Julho de 2004 relativa à forma de cálculo das comparticipações familiares das valências sociais, propriedade da autarquia, resultante da aplicação do constante na Circular nº 3 da Direcção-Geral da Acção Social de 02 de Maio de 1997, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a fixação da seguinte mensalidade referente a criança integrada na Casa da Criança de Travanca de Lagos:

Utente	Mensalidade Proposta
- Gonçalo Rafael Santos Faria	46,00 €

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

2.6 – C. A.T.L. DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – FIXAÇÃO DE MENSALIDADE

D.A.G.F./Proc. 53/25

Na sequência da deliberação camarária de 27 de Julho de 2004 relativa à forma de cálculo das comparticipações familiares das valências sociais, propriedade da autarquia, resultante da aplicação do constante na Circular nº 3 da Direcção Geral da Acção Social, de 02 de Maio de 1997, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a fixação da seguinte mensalidade referente a criança integrada no Centro de ATL de Oliveira do Hospital:

Utente	Mensalidade Proposta
- João Mário Simões Pereira	22,00 €

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

2.7 – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM O PLANO NACIONAL DE LEITURA

G.E.C.A.D./DOC.2

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Protocolo, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e o Plano Nacional de Leitura visando estabelecer e determinar as modalidades de cooperação entre as partes no âmbito do referido Plano.

Depois de devidamente analisado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Protocolo.

2.8 – ESTATÍSTICAS DO CINEMA MUNICIPAL (CICLOS DE CINEMA E ANO DE 2006)

D.A.G.F./DOC.3



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto em epígrafe, foram presentes pelo Sr. Presidente os mapas estatísticos, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.9 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS

A) – AUTARQUIAS

A – 1) - JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** a título de comparticipação nos custos com a execução de diversas pavimentações de arruamentos e outros espaços públicos na sede e nas anexas (Fiais da Beira e Póvoa de São Cosme) daquela freguesia.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

A – 2) - JUNTA DE FREGUESIA DE MERUGE

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Meruge, um subsídio no montante de **16.000,00 € (Dezasseis mil euros)** como apoio ao restauro dos muros do cemitério daquela localidade (parte antiga).

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

B) - INSTITUIÇÕES

B – 1) – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **15.000,00 € (Quinze mil euros)**, sendo que 10.000,00 € (Dez mil euros) se destinam ao reforço do apoio concedido em 4 de Dezembro de 2006 para aquisição de uma viatura e o restante, no montante de 5.000,00 € (Cinco mil euros), como apoio à realização do Carnaval Beira Serra 2007, cujo curso terá lugar no próximo dia 20 de Fevereiro.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

B – 2) - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA – SUBSÍDIO ANUAL

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, no montante de **37.500,00 € (Trinta e sete mil e quinhentos euros)** para cada entidade, sendo **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** como apoio à realização de despesas de investimento e **12.500,00 € (Doze mil e quinhentos euros)** como comparticipação nas despesas correntes.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

Por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.

B – 3) – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **600,00 € (Seiscentos euros)** como apoio à realização da 2ª edição da Lan Party promovida pela associação de Estudantes daquela instituição.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

B – 4) – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DIGUEIFEL

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Recreativa e Cultural de Digueifel, um subsídio no montante de **1.000,00 € (Mil euros)** como apoio à aquisição de equipamento (computador e impressora) para criação de um posto de acesso á Internet, promovido pela Secção de Jovens daquela entidade.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

B – 5) – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALDEIA DAS DEZ



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Aldeia das Dez, um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** como apoio à aquisição e montagem de portas novas na Igreja de Aldeia das Dez.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

B – 6) – OBRA DE EUGÉNIA GARCIA MONTEIRO DE BRITO

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à realização de obras de beneficiação dos espaços de Creche, Jardim e ATL daquela entidade.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

B – 7) – OH's XXI – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MULTIMÉDIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

D.A.G.F./Proc. 53/4

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à OH's XXI – Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)** como apoio à aquisição de equipamentos para substituição dos que foram furtados da sede daquela associação em Novembro de 2006.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

Na qualidade de Segundo Vogal da Direcção da OH's XXI, o Sr. Vereador José Francisco Rolo ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.

2.10 – PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA/ SEIXO DA BEIRA – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTE

D.A.G.F./DOC.4

De acordo com a informação do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alienar o lote nº. 8 do Pólo Industrial da Cordinha/ Seixo da Beira, com a área de 2.875 m², à firma Paulo Amaral, Unipessoal, Lda, pelo preço de 2,25 € (Dois euros e vinte e cinco cêntimos) o metro quadrado, para a construção de uma unidade industrial.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.11 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

2.11.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS

D.S.T./DOC.5

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.

2.12 – OBRAS MUNICIPAIS

2.12.1 – REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS – DIGUEIFEL - APROVAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

D.S.T./Proc.9/117/DOC.6

Na sequência da deliberação camarária de 4 de Dezembro de 2006, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, aprovar os preços unitários constantes da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente à execução dos trabalhos a mais da empreitada acima identificada, no total de 18.267,61 € (Dezoito mil,duzentos e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2.13 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA “BAIXAS” À LUZ DO PEAASAR II

D.A.G.F./Proc.42/19

Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 376/2007, de 7 de Fevereiro, remetido pela empresa Águas do Zêzere e Côa, a solicitar informação acerca da posição desta Câmara Municipal quanto ao seu interesse em aderir ao projecto acima referenciado.

Analísado o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar o interesse na adesão do Município de Oliveira do Hospital ao projecto “em Baixa” do PEAASAR II.

2.14 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL EM REGIME DE EMPREGO PÚBLICO, DO QUADRO DE PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO E DOS REGULAMENTOS INTERNOS DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO E DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

D.A.G.F./ Proc. 1/DOC.7

Na sequência da deliberação camarária de 2 de Fevereiro de 2007, foi presente pelo Sr. Presidente a proposta de Aprovação do Quadro de Pessoal em Regime de Emprego Público, do Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e dos Regulamentos Internos do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e de Recrutamento e Selecção do Pessoal em Regime de Contrato



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Oliveira do Hospital, documento que por ser extenso se dá por inteiramente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de actas, solicitando ao Sr. Director do Departamento de Administração Geral e Finanças que prestasse alguns esclarecimentos relativos à análise efectuada pelas entidades sindicais do distrito aos documentos em apreço.

Sobre o assunto, o Sr. Director do Departamento de Administração Geral e Finanças informou que, quer o SINTAP, quer o STAL, apenas se pronunciaram quanto à legalidade da criação do quadro de pessoal acima mencionado e bem assim colocando em causa o prazo fixado para que se pronunciassem sobre o assunto, por o considerarem muito curto.

Mais referiu que o STAL efectuou uma análise mais detalhada aos Regulamentos, em epígrafe, e da qual se entendeu ser pertinente considerar algumas das questões sugeridas, a alterar no modelo III anexo à presente proposta.

Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do Executivo e após os esclarecimentos prestados, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise.

- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO:

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:

“Agradeço a explanação que foi feita pelo Sr. Director de Departamento, mas entendo que, de alguma forma, poderíamos ter sido documentados com as apreciações apresentadas pelas respectivas entidades sindicais do distrito.

Ontem reunimos, à semelhança do que acontece quando se aproxima uma reunião de Câmara e, após iniciarmos a elaboração de uma resposta à apreciação destes documentos, verificámos que não seria possível continuar por falta de informação, atendendo a que não sabíamos qual a análise efectuada pelas entidades sindicais.

A Lei dita que temos que nos pronunciar sobre estas matérias. Contudo não estamos no executivo em permanência, não temos quaisquer funções diárias e continuadas em mais qualquer matéria que nos seja adjudicada em exclusivo para estarmos mais por dentro do funcionamento da Câmara. Parece-me quase a despropósito que, depois, tenhamos que nos pronunciar sobre esta matéria tão delicada e importante como é do pessoal.

Os Recursos Humanos são fundamentais para o Município, para a organização que está implementada e, portanto, estes documentos, quer os Quadros, quer os Regulamentos, são de relevante importância para todos os trabalhadores desta Câmara Municipal, independentemente de quem está, hoje, a exercer a soberania.

As regras têm que ser estabelecidas para que as instituições funcionem. A gestão do pessoal é uma competência do Sr. Presidente da Câmara e, portanto, se para o executivo em permanência esta é uma matéria que lhe está vedada, então, os vereadores sem Pelouros mais distantes estão dessas questões.

Assim, nesta fase, e apesar de ter assumido funções há mais de um ano, continuo a desconhecer o organigrama da Câmara, quais são as secções, quem são os trabalhadores, que categorias têm e que carreiras prosseguem. Enfim, há um desconhecimento total da minha parte e que eu tenho de afirmar. E, portanto, não estou minimamente à vontade para, numa altura destas, perante os Quadros nomeadamente, me pronunciar acerca daquele que é o resultado do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

desmembramento entre Quadro de Trabalhador em Regime da Função Pública e um Quadro de Contratados no Âmbito do Regime Individual de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado. É de facto uma matéria, como já referi, muito importante, mas o critério que esteve por detrás e que justificará a sua elaboração não foi apresentado, e por isso não consigo tomar uma posição acerca desta matéria. Por outro lado, é um assunto que não esperava que viesse a ser discutido tão cedo, atendendo a que no âmbito da Concertação Social estas são matérias que ainda estão a ser negociadas o que, no meu entender, num futuro próximo, os respectivos resultados terão implicações directas naquilo que, nomeadamente, estamos aqui para aprovar. Parece-me que poderá haver aqui alguma precipitação, embora o Sr. Presidente tenha explicado na última reunião que há necessidade de regularizar situações de pessoas que se encontram contratadas a prazo. É uma matéria que no meu entender deveria ser amplamente discutida. O facto do documento nos ter sido entregue em vésperas de uma aprovação do mesmo, a mim parece-me coarctar-nos na reflexão, e, dado o desconhecimento que aqui reconheci, há alguma incapacidade de entender e digerir toda esta informação que vai ser instrumento chave para regulamentar todas as situações que tenham a ver com o pessoal. Por outro lado, essa precipitação nota-se também com a não auscultação de representantes dos trabalhadores que não foi feita por não existirem, porque foi seguido o critério exigido no Código de Trabalho. Mas, o que é certo, é que a Lei 23/98, parece-me que também se poderá aplicar nestas situações o que dará alguns direitos às actividades sindicais. Embora aquilo que se pretende seja regulamentar o que tem de ser regulamentado, criar e estabelecer regras para que as pessoas tenham conhecimento da sua situação profissional, continuo a achar que deveria haver maior cautela no relacionamento com entidades terceiras que poderiam, tal como fizeram, dar alguns contributos. Há aqui um conjunto de situações que não me deixam à vontade para poder tomar uma posição diferente da que irei tomar.

Quanto aos Quadros, e por tudo o que eu disse não sou capaz de votar favoravelmente, exactamente por desconhecer o critério que levou à diferenciação de carreiras, num e noutro, e, por outro lado, entendo também que há um aspecto aqui que se calhar falhou, e que seria oportuno ter acompanhado a apresentação destes quadros e que é o impacto orçamental. Deve haver uma demonstração do que isto vai, significar no orçamento do Município, sendo de alguma relevância também para nós conhecermos desde logo o que é que o quadro da função pública implica somado ao outro da contratação individual, e que consequências terá no orçamento do nosso Município. Quanto aos Regulamentos, sei que foram decalcados sob normas gerais, haverá uma ou outra adaptação tornando-os mais personalizados, mas entendo que é uma matéria sobre a qual jamais terei de me pronunciar, porque os regulamentos vão ser aplicados completamente à margem daquilo que é este órgão colegial e a intervenção que eu possa ter. Os Regulamentos vão ser documentos internos de funcionamento de forma a gerir a forma de recrutamento/ admissão de pessoal e posteriormente a progressão na carreira e, portanto, são normas cuja aplicabilidade vai estar completamente vedada ao meu conhecimento.

Assim, e nestas circunstâncias, vou abster-me de votar favoravelmente à proposta apresentada.”

- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA:

O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que se abstinha relativamente à aprovação dos Quadros acima identificados por desconhecimento da respectiva estrutura orgânica, votando



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

favoravelmente a aprovação dos Regulamentos por entender que, independentemente de quem detiver a gestão da Câmara Municipal, servirão para fazer cumprir e contribuir para a melhoria dos serviços deste Município.

- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO:

O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:

“Eu, naturalmente, comungo das dúvidas e reservas vertidas pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho na sua intervenção. Tenho dúvidas e reservas relativamente à justificação de um e de outro quadro, designadamente quanto aos critérios para a extinção de carreiras num dos quadros e à criação de lugares no outro quadro, e bem assim quanto aos respectivos regulamentos que são propostos. Também noto que o quadro de pessoal foi revisto em 2005. Em 2007 surge uma nova revisão. Não percebi porquê, mas também não nos foram justificadas essas opções. Tenho a noção de que, tal como decorre da Lei e, também pela análise dos próprios regulamentos, que a gestão dos Recursos Humanos continuará a estar centralizada exclusivamente na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, a única referência a competência da Câmara Municipal é a aprovação do Plano Anual de Formação, que nunca foi apreciado por este órgão executivo.

Em face de todas estas dúvidas e reservas, em face dos argumentos que foram apresentados pela Dra. Maria José, que partilho, vou abster-me em relação à proposta apresentada.”

- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES

A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:

“Em face das explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião anterior, em que apresentou a necessidade de se resolverem algumas situações prementes, e em face das explicações dadas na sequência do contacto com as estruturas sindicais, voto a favor da presente proposta.”

- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO SR. VEREADOR PAULO ROCHA

O Sr. Vereador Paulo Rocha fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:

“Embora entenda a posição dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho e José Francisco Rolo, considerou que quem está a gerir, ou pretende vir a fazê-lo, tem que entender que estas são mudanças que se impõem não só para a resolução de problemas relacionados com contratos a prazo, mas também para permitir a tal flexibilidade necessária a quem está a gerir.

Porque foram ouvidos os sindicatos e porque foram acolhidas algumas das sugestões apresentadas por uma das entidades sindicais, para além do que era exigível pela Lei, voto favoravelmente a proposta apresentada.

- INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Na sequência da declaração de voto apresentada pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho, o Sr. Presidente referiu que no seu entender existe alguma contradição na mesma, nomeadamente quando utiliza o argumento de que a documentação lhe foi entregue tardiamente, atendendo a que, por força de tudo isso, aquando da apresentação desta proposta na reunião anterior não foi tomada qualquer decisão quanto à mesma, pelo que decorreu um período de 15 dias, para que, efectivamente, os Senhores vereadores pudessem analisar ponto por ponto do que era proposto.

Esclareceu que o estudo financeiro não foi elaborado, atendendo a que o Quadro de Pessoal é um documento que considera previsional, justificando que, para ser feita uma orçamentação teria de garantir que todos os lugares existentes, quer no quadro público, quer no quadro com contrato de trabalho individual iriam ser ocupados, o que, na realidade, não irá acontecer.

Trata-se apenas de uma perspectiva que de futuro permita uma melhor gestão ao nível do recrutamento/ admissão de pessoal.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia e Maria de Fátima Antunes e as abstenções dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho, Albano Almeida e José Francisco Rolo, aprovar as propostas do Quadro de Pessoal em Regime de Emprego Público, do Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e dos Regulamentos Internos do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e de Recrutamento e Selecção do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Oliveira do Hospital, sendo que o voto de abstenção do Sr. Vereador Albano Almeida apenas diz respeito à proposta de aprovação dos quadros acima identificados.

Mais deliberou, remeter aqueles documentos à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção.

2.15 - ASSUNTOS / EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO

2.15.1 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES – CONHECIMENTO

D.A.G.F./DOC.8

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 1 e 15 de Fevereiro de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.

2.15.2 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – REUNIÃO DE ACCIONISTAS

D.A.G.F./Proc.40/4/DOC.9



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença do Sr. Vereador Paulo Rocha, em representação da Câmara Municipal, na Reunião de Accionistas - Águas do Zêzere e Côa, que teve lugar no passado dia 1 de Fevereiro do ano em curso, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma, nomeadamente acerca do ponto II da respectiva ordem de trabalhos, de acordo com a informação que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta:

I – Apresentação do Modelo Técnico revisto a propor ao Concedente;

II – Análise da problemática das “Baixas” à luz do PEAASAR II;

III – Outros

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.15.3 – INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES – POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PRIVADAS NAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES – 2ª CONFERÊNCIA DO JORNAL ARQUITECTURAS

D.A.G.F.

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente cópia do discurso proferido pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações aquando da sua intervenção na 2ª Conferência do Jornal Arquitectura.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.15.4 – A.N.M.P. – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – PARECER SOBRE O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

D.A.G.F.

Remete para conhecimento da Câmara Municipal Parecer relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.15.5 – CONSELHO REGIONAL – CCDRC - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO – APRESENTAÇÃO DO QREN

D.A.G.F.

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença no Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que teve lugar no passado dia 7 de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:

Ponto Único – Apresentação do QREN

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.15.6 – REGIÃO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA – DIVULGAÇÃO DA SERRA DA ESTRELA

D.A.G.F./Proc. 33/9

Remete para conhecimento da Câmara Municipal vários artigos de revistas nacionais que integram a campanha de imprensa que tem sido desenvolvida na promoção da marca Serra da Estrela, a saber:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- Revista Viajar/ BTL Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Revista Viajar/ Nacional;
- Revista Viajar/ Profissional.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.16 - OUTROS ASSUNTOS

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:

2.16.1 – PROGRAMA PARES

D.A.G.F./DOC.10

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente informação dos serviços, que por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de actas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.16.2 – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA

D.A.G.F.

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Comercial e Industrial de Coimbra, um subsídio no montante de **1.020,00 € (Mil e vinte euros)** a título de comparticipação nos custos relativos à remuneração do Gestor da UAC- Unidade de Acompanhamento e Coordenação.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.

2.16.3 – RECUPERAÇÃO DAS OBRAS DANIFICADAS PELAS CHEIAS NA PRAIA FLUVIAL DE AVÔ

D.A.G.F.

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que vão ser iniciados os trabalhos de recuperação das obras danificadas pelas cheias na Praia Fluvial de Avô mediante o processo de Ajuste Directo ao abrigo do disposto nas alíneas b) e c), do nº 1 do artigo 136 do RJOP, determinado pelo seu Despacho de 16 de Fevereiro de 2007.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES

3.1 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA

3.1.1 – VI TORNEIO CIDADE DE OLIVEIRA EM HÓQUEI EM PATINS

D.A.G.F.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da realização do “VI Torneio Cidade de Oliveira em Hóquei em Patins” nos próximos dias 27, 28 e 29 de Abril do ano em curso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2 - INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES

3.2.1 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE JANEIRO /2007

D.A.G.F./Proc.29/7/DOC.11

A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios descritos no mapa que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, às instituições do concelho, para efeitos de pagamento de refeições referentes ao mês de Janeiro de 2007, no total de **22.110,92 € (Vinte e dois mil, cento e dez euros enoventa e dois cêntimos)**.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou aprovar a acta em minuta.

CONCLUSÃO DA ACTA

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas quinze horas mandando que, por mim, _____, fosse minutada e lavrada a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem.

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 16 de Fevereiro de 2007



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Vereadores

Director do D.A.G.F.

Oliveira do Hospital, 16 de Fevereiro de 2007



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**